



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 066

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 066

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Ato do Presidente.....	02
Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Memorandos	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	07
Dep. Elton Carlos Welter	08
Dep. José Domingos Scarpellini	09
Dep. Elza Correia.....	09
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto	10
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	11
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	12
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	14
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	14
Redação Final	14
2ª Discussão	15
1ª Discussão	15
Requerimentos	18
Explicações Pessoais	
Dep. Elza Correia.....	18
Encerramento da Sessão	19

DIÁRIO Nº 066

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, José Maria Ferreira e Vanderlei Iensen (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 099/06

Curitiba, 06 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para justificar nossa ausência nas Sessões Plenárias do dia 7 de junho próximo, em virtude de viagem a Brasília para defender interesses de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente,

(a) JOCELITO CANTO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 017/06

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente indicação contendo a sugestão de implantação de uma Unidade de Saúde para Atenção à Mulher e à Criança, nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, independentemente do IDH dessas cidades, tendo em vista tratarem-se de municípios localizados em zonas de fronteira, cujas complexidades e problemas de saúde pública são por demais conhecidas e com índices de mortalidade superiores à média estadual.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de um programa de alta relevância e cujos nobres objetivos estão em consonância com a política de saúde em desenvolvimento nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, nada mais justo que se implante a referida Unidade nessas cidades, buscando a conjugação de forças para superar os terríveis efeitos da falta de assistência específica à mulher e à criança.

Memorandos

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 030/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que insere parágrafo 5º no artigo 207 da Constituição Estadual. Veda o fornecimento de habite-se, sem comprovação de existência de fossa séptica.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Indicados:

PMDB: Deputado Edson Strapasson

PT: Deputada Luciana Rafagnin

PFL: Deputado Elio Rusch

PSDB: Deputado Luiz Nishimori

PDT: Deputado Neivo Beraldin

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 029/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera incisos do artigo 54, o parágrafo 2º do artigo 59 e insere parágrafo único no artigo 71 da Constituição do Estado (voto secreto).

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Indicados:

PMDB: Deputada Elza Correia

PT: Deputado Padre Paulo Campos

PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

PSDB: Deputado Luiz Nishimori

PDT: Deputado Barbosa Neto

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 251/05, que dispõe sobre a criação da política estadual de incentivo às micro-destilarias de álcool e beneficiamento de produtos derivados da cana-de-açúcar e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei nº 230/06, item 02, da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19 de junho próximo, para o lançamento do curso pré-vestibular Cidadão Educon (Educação Continuada), em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Sheizi Hashizume, no último dia 01 de junho, nesta Capital.

O falecido deixa viúva a Sra. Yuko Hashizume e dois filhos: Edson e Carlos Hashizume.

À família enlutada as condolências deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da jovem Karina Terumi Kaneko, com 26 anos de idade, no último dia 30 de maio, na cidade de Londrina.

Karina Terumi Kaneko, era filha de Miyoko Kaneko e Teruo Kaneko, deixando os irmãos Matiko, Tomoko, Kazuo, Midori e Hitomi.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Aparecido Dias Moreira, alusivos ao título recebido de Ancião da Igreja Congregação Cristã do Brasil, no município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) WALDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Pastor Carlos Soares, alusivos aos seus 19 anos de pastorado e pela passagem de seus 58 anos de idade.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) WALDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à professora e crítica de arte Adalice Araújo, autora do primeiro volume do Dicionário de Artes Plásticas do Paraná, lançado na data de hoje (06), no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

Requer ainda, envio de cópia à Sra. Adalice Araújo, através de correspondência a ser enviada à Avenida Cândido Hartmann, nº 575, apto 01 - Champagnat, CEP: 80.730-440, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de moção de apoio à reabertura do processo de negociação entre os trabalhadores da Previdência e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com vistas à implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos servidores públicos o direito à livre organização sindical com todas as consequências jurídicas, inclusive o direito à livre negociação, desde que respeitado o princípio da legalidade.

É de grande relevância o restabelecimento das negociações para que se assegure a continuidade do serviço público a todos os segurados e demais usuários dos serviços do Ministério.

O apoio da Assembléia Legislativa do Paraná a esta moção reflete seu compromisso com os direitos dos trabalhadores e o direito dos cidadãos ao serviço público de qualidade nas esferas federal, estadual e municipal.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de

atender ao pedido de pais de alunos da Pré-Escola do Município, sito à Rua Emílio Romani - Vila Verde - Bairro CIC, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesse bairro.

Estão ocorrendo muitos assaltos e vândalos estão promovendo depredação da escola, além do roubo de bicicletas dos pais ao levarem seus filhos para escola e da população em geral.

A presença de policiais inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda a população.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembleia Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de levantamento que possibilite a elaboração de projeto visando a duplicação de rodovias estaduais, a saber:

1 - PR-163, entre a BR-277 em Cascavel, até a ponte sobre o Rio Iguaçu, na divisa entre Capitão Leônidas Marques e Realeza;

2 - PR-182, entre o Rio Iguaçu na divisa entre Realeza e Capitão Leônidas Marques, até o Trevo de Salgado Filho;

3 - PR-483, entre o Trevo de Salgado Filho até a cidade de Francisco Beltrão;

4 - PR-280, entre Francisco Beltrão até o Trevo do Horizonte, na BR-153, passando por Pato Branco, Clevelândia e Palmas;

5 - PR-180, entre as cidades de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Através deste requerimento, estou solicitando e sugerindo ao Secretário de Estado dos Transportes do Governo do Paraná, a realização de estudos de viabilidade para a elaboração de projeto para duplicação de importantes trechos de rodovias estaduais no interior do nosso Estado. Os itens 1 a 4 do requerimento representam a rodovia que liga o Oeste ao Sudoeste do Estado, partindo de Cascavel até a divisa com o Estado de Santa Catarina, no Trevo do Horizonte, onde passa a PR-153, que liga o Paraná com Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Justamente por fazer essa ligação com os vizinhos estados catarinense e gaúcho é que essa rodovia constituiu-se em uma das mais movimentadas e trafegadas do interior do Paraná, pois é através dela que passam os veículos e especialmente um número elevadíssimo de caminhões de carga que fazem o transporte dos estados do Sul ao Mato Grosso do Sul e ao Centro Oeste do país.

O tráfego intenso justifica plenamente a necessidade de que a mencionada rodovia, constituída de peque-

nos trechos com diversas nomenclaturas (PR-163, 182, 483 e 280), venha a receber, num futuro próximo, a duplicação ora solicitada.

Com referência à rodovia PR-180, entre Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, justificamos nosso pedido de duplicação tendo em vista que, nos aproximadamente 45 quilômetros desta rodovia, inexiste em vários trechos até mesmo o acostamento, e por essa estrada paranaense o trânsito de veículos e caminhões é intenso, uma vez que em Dois Vizinhos e em Francisco Beltrão estão localizadas duas unidades da Sadia, uma em cada cidade.

Assim sendo, espero a compreensão dos nobres Pares e a aprovação do presente requerimento, bem como o atendimento por parte da Secretaria dos Transportes do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, Sr. Stênio Sales Jacob, solicitando informações quanto à possibilidade de atendimento do pedido encaminhado a este Parlamentar pelo Diretor Superintendente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - do município de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, solicitando informações quanto a possibilidade de atendimento do pedido encaminhado a este Parlamentar pelo Diretor Superintendente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - do município do Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, solicitando informações quanto a possibilidade de atendimento do pedido encaminhado a este Parlamentar pelo Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, Sr. Ângelo Roberto Bertocini.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve PEDE a esta egrégia Assembléia, o envio ao Secretário Estadual da Educação, Maurício Requião, do Processo nº 1304 - Portarias nºs 26/05 e 27/05 de 14/12/05, em anexo, onde o Instituto Mauro Goulart solicita agilização, normatização e funcionamento da resolução estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto proposto no processo em anexo, objetiva demonstrar a eficiência em implantar a resolução onde o Conselho Estadual de Educação estabelece o estágio para os alunos dos cursos de Educação Profissional, Profissional, Técnica, de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Solicita-se ao Sr. Secretário de Estado de Educação a agilização, normatização e funcionamento da resolução do Conselho Estadual de Educação, com vistas à melhor qualificação profissional dos jovens e adultos do nosso Estado.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Secretário Estado da Educação e ao Sr. José Canisso, Presidente do Instituto Mauro Goulart - Rua Cel. Joaquim Sarmiento, 177 - Bom Retiro - CEP: 80520-230.

PROJETO DE LEI Nº 319/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Missão Filadélfia, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Rua Minas Gerais nº 607, em Sertanópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 10 de fevereiro de 2004, e devidamente registrada no Livro A-1 do Cartório de registro de Títulos e Documentos da Comarca de Sertanópolis, Estado do Paraná, a Missão Filadélfia tem por objetivo resgatar vidas do mundo das drogas, da prostituição, do alcoolismo, do analfabetismo, recuperando a dignidade do ser humano e reintegrando-o na sociedade.

Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1291, de 19.05.04, a Missão Filadélfia possui todos os requisitos necessários para ser declarada de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual contamos com o apoio-

mento dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 320/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacionais e Internacionais no Brasil, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacional e Internacional no Brasil, é uma organização de caráter filantrópico, de articulação e informação à sociedade civil de todo e qualquer aspecto, seja ele econômico, político, social, cultural formativo, essencial aos direitos de esclarecimento e assistência informativa e formativa da população.

Essa organização tem por finalidade a fundamentação de seus propósitos em qualquer fato ou ocorrência que venha causar algum dano ou perda ao cidadão; realizar debates, cursos, seminários, palestras, encontros e reuniões em prol de causas justas de defesa e de garantia aos interesses dos cidadãos, promovendo o exercício da cidadania e do desenvolvimento da exposição pública dos pensamentos de qualquer pessoa, sobre fatos diversos relativos à cidade, ao Estado e ao país.

Ante todo o exposto, solicito o apoio dos nobres Deputados, à aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacional e Internacional no Brasil, de Londrina/PR.

PROJETO DE LEI Nº 321/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, com sede e foro no município de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília é uma entidade de direito privado, organizada sem distinções de qualquer natureza, sem envolvimento político

e sem fins lucrativos, que tem por objetivo congregar os moradores e amigos do Jardim Santa Cecília, apoiando suas aspirações e seus interesses, a fim de estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre seus membros no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos membros da localidade.

Organizando trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer, a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília atua desde dezembro de 2003, em benefício de seus associados e dos moradores da comunidade em geral, promovendo atividades físicas aos idosos, cursos de pintura e desenho para crianças, práticas esportivas e palestras sobre temas de interesse geral como dengue, previdência social, manipulação e aproveitamento de alimentos e etc.

Ante todo o exposto, solicito o apoio dos nobres Deputados, à aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, de Paranavaí/PR.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho à tribuna hoje, primeiro para registrar que o gerente de teleconferência entre os detentos de todos o Brasil foi preso aqui nesta Capital, mais especificamente na região metropolitana, no município de Pinhais, debaixo do nariz do Secretário da Segurança Pública, que fez questão em se arvorar de forma precipitada de o que não havia nenhum tipo de possibilidade do Estado do Paraná ter alguma ligação com o PCC, e infelizmente o tempo mostrou que realmente ele estava mais uma vez errado. Alertamos inclusive desta mesma tribuna. E passem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o braço direito de Marcola estava justamente debaixo do nariz desse Secretário que demonstra mais uma vez que não entende absolutamente nada de segurança pública.

E por falar nisso, quero relembrar que no dia 21 de março entrou em vigor os boletins de ocorrência unificados, juntamente com o geoprocessamento, esses dois itens seriam a panaceia para resolver os problemas de segurança segundo a própria Secretaria da Segurança Pública. Só que até hoje esse BO unificado não funciona a contento. Três meses depois que protocolei, nesta Casa, um requerimento, que está aqui em minhas mãos pedindo agilidade na adequação da unificação dos boletins de ocorrência em função de várias reclamações, somos obrigados a trazer, lamentavelmente, a informações de que até agora não opera de forma eficaz. E não foi este Deputado quem chegou a esta constatação; dessa vez não, foi o

próprio Delegado Adjunto da 10ª Subdivisão de Londrina que faz o comunicado oficial à Secretaria da Segurança Pública.

Olha, essas falhas levam por exemplo, àqueles que são leigos, - fiquei sabendo que o carro furtado ou roubado se não for comunicado em tempo hábil, antigamente era a polícia que fazia o registro, a Polícia Militar, ou próprio cidadão lesado, furtado, roubado, ia até a Delegacia, hoje não pode mais, e não funciona - e pessoa, vítima do furto, do roubo, por exemplo, continua pagando as multas, pagando as infrações, ou os impostos desse carro. Antigamente não; era bloqueado tudo isso porque o sistema era manual e funcionava. Agora que passou a ser computadorizado, não funciona. E o prejuízo é maior ainda porque o carro roubado, furtado, não tem comunicado, o seu nome não entra no Sistema Nacional e nem local e o meliante que furtou, que roubou, continua andando com esse carro como se nada tivesse acontecido. E por causa desse erro que não foi sanado três meses depois da implantação dos boletins unificados, as pessoas que tiveram os seus carros roubados, ou furtados, depois do dia 21 de março (a data de implantação desse sistema) são obrigadas, novamente, a procurar a Delegacia ou o local onde fez o registro dessa ocorrência porque o prejuízo vai ser muito grande já que o bloqueio, certamente, ainda não foi feito.

Veja bem, não sou contra a tecnologia, não sou contra as ações da Secretaria, mas nós, enquanto agentes públicos outorgados com mandato popular, somos obrigados a contribuir com essa sociedade no momento em que um aparato estatal está cometendo erros grotescos na questão da segurança pública. Então, é nossa obrigação fazer esse registro aqui, na tarde de hoje, e já o fiz, oficialmente, por meio de um requerimento desta Casa, há dois meses e pouco, mas a Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. exa. um minuto para concluir ou o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Apenas um minuto, Sr. Presidente Hermas Brandão. Só quero finalizar dizendo que estamos fazendo a nossa parte. Estamos contribuindo, mas, infelizmente, algumas perguntas precisam ser respondidas pela Secretaria da Segurança Pública.

Por que será que o Secretário não aceitou o nosso alerta e nem respondeu o nosso requerimento? Por que foi implantado esse sistema sem ter sido testado e sem que houvesse pelo menos a certeza de 100% de eficácia? Por que até agora esse erro não foi solucionado?

Infelizmente, quem está adorando são os bandidos que continuam furtando. Coincidência ou não, os furtos aumentaram: só em Londrina, que a média era de cinco para seis carros, passou para doze, quinze carros furtados por dia; Curitiba também está nessa mesma proporção.

O Secretário da Segurança Pública não aceitou sequer ouvir os cinco Presidentes dos Conselhos Comunitários de Segurança, que foram barrados na “Operação Mãos Limpas” que se reuniu em Londrina na semana passada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero cumprimentar os alunos da sétima série da Escola Municipal Papa João Paulo XXIII. Quero dar as nossas boas-vindas. É uma satisfação recebê-los nesta Casa. Nossos cumprimentos são extensivos à professora Denise Ferreira. Uma boa estada na Casa de todos os paranaenses!

Com a palavra o Sr. Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nossas boas-vindas aos alunos que estão aqui. É grandiosa a experiência de acompanhar e de participar de uma Sessão.

Sr. Presidente, vim a esta Casa de Leis no sentido de contribuir no debate de temáticas que envolvem todo Estado do Paraná. Muitas vezes, somos pegos de surpresa. Quando assumi o mandato na Assembléia Legislativa do Paraná, logo no início, lembro-me muito bem, o Vereador Eduardo Cruz, de Laranjeiras do Sul, Vereador do PT, falava-me de um conflito que tinha entre produtores rurais e índios naquela comunidade chamada de Boa Vista do Passo Liso, na cidade de Laranjeiras do Sul.

A Constituição de 88 definiu que onde houvesse conflito entre produtores de boa fé com a comunidade indígena, a União passaria a fazer um entendimento com os estados, os entes federados, para que pudesse fazer justiça para os não índios, ou seja, os agricultores, e para os índios. Isso está acontecendo em outros entes da Federação: é assim no Rio Grande do Sul, é assim em Santa Catarina, vai ser assim no Mato Grosso.

Ontem, tínhamos na pauta, pela segunda vez, a PEC 115.

Eu sou do diálogo, sou da mediação, sou da discussão permanente para se achar a melhor lei, a melhor legislação para que de fato se faça justiça quando se propõe fazer uma emenda à Constituição ou um projeto de lei que vira em lei.

No dia de ontem, fiz um esforço grandioso, trouxe para o Paraná o representante do Ministério da Justiça, o Sr. Arthur; trouxe também o representante do Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Mozart, que acompanha esses processos de demarcação de terras indígenas para também posterior indenização ou reassentamento de produtores em todo o país. E está dando certo, Achou-se o método.

E para a nossa felicidade eu trabalhava o tempo todo para um acordo político e ainda tenho a esperança.

Falamos na manhã de ontem, Sr. Presidente, com o Procurador, que é o que defende os interesses do Estado. E lá trabalhamos a discussão desta emenda e qual seria o melhor termo para que o Estado não assumisse o ônus sozinho, na medida em que nos outros entes da Federação a proposta está acontecendo com 70% dos recursos vindos da União. Como as terras são demarcadas terras indígenas, são terras da União. A União não pode repassar direto ao Estado. Quem tem que executar é o Estado e o Estado é parceiro nos outros estados, com 30%.

Infelizmente, não houve o convencimento do Procurador do Estado. Ele entende que vai criar um ônus muito grande; isso não é verdade porque o próprio representante que acompanha as ações que ocorrem em todo país, lhe dá segurança de que aqui no Paraná não são mais do que dois ou três casos que adviriam com essa emenda.

Não emenda para dar solução para amanhã. É uma emenda que ainda acredito que virá, porque acredito que o próprio Ministro da Justiça e o Ministro do Desenvolvimento Agrário farão contato com o Governador para que ele se sensibilize. Não acredito que aqui no Paraná as coisas são diferentes; não acredito nessa tamanha insensibilidade com relação a esse tema. Não é porque a proposta é minha, é uma demanda que se originou, infelizmente, porque o estado tituló de forma equivocada em alguns lugares em anos passados.

Agora, com a Constituição de 88 achou-se uma forma legal na Constituição para solucionar os problemas dos estados.

No Rio Grande do Sul estão operando convênios, já funcionou, está funcionando; Santa Catarina da mesma forma; no Mato Grosso também. Aqui no Paraná acredito que não pode ser diferente.

Por isso, estou fazendo um apelo à Liderança do PMDB, para que converse com o Governador, com o Procurador Geral do Estado, porque eu perdi a paciência. Não consigo entender tamanha insensibilidade, na medida em que trouxemos as duas pessoas do Poder Executivo Federal, que operam diretamente com esse assunto e que trouxeram um histórico do que acontece no Brasil e aqui infelizmente, parece que é diferente.

Muito obrigado, espero que este pronunciamento chegue aos ouvidos do Procurador do Estado que ontem me frustrou, porque na parte da manhã ele concordava e na parte da tarde mudava de idéia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

WO é o que quer o Governador Roberto Requião. Ele quer ganhar os pontos do campeonato sem disputar.

Ele quer jogar sozinho. E o pior de tudo é que no WO ele vai perder para ele mesmo; 46% de rejeição, subiu dois pontos essa semana, Deputado Cartário. A cada interiorização do Governo Requião, ele começa entrar em um processo de queda livre - WO -, sozinho, ele vai perder para ele próprio. Estamos aí alertando as oposições todos os dias. Estamos trabalhando para não deixar o WO, porque o povo do Paraná não merece isso. O povo paranaense merece a oportunidade de poder escolher alguém para governar os paranaenses. O povo do Paraná quer escolher alguém compromissado com a verdade, com a democracia e com o contrato e o respeito, e não aquele que querem, através do seu taco, através da sua batuta, demonstrar que música e ritmo o povo deve e tem que dançar.

O povo paranaense vai dizer um não aos abusos cometidos na Granja do Cangiüiri, pela máquina administrativa do Governo do Estado, que através da TV Educativa, que é a TV “Deseducativa”, deveria ser a TV Cultura, é a anticultura neste Estado, vem impondo de forma ditatorial a vontade, como diz a Ruth “Bolonhesa”, a personalidade do El Supremo. Nós temos que engolir. O El Supremo e a escriba que também relata os fatos acontecidos, nas salas palacianas.

A cooptação de prefeitos e vereadores vai de um canto ao outro, em Apucarana, Arapongas, no Oeste e no Sudoeste; os prefeitos só conseguem alguma coisa, se estiveram batendo palma. No corrimão dos “puxa-sacos”, atender aos interesses do Governador e dos seus Secretários, que estão imbuídos de conduzi-lo pela terceira vez ao Palácio Iguaçu.

Mas, sabemos Sra. Presidente, as quatro Deputadas na Mesa Executiva da Assembléia, que representam a minoria nesta Casa, mas que muito bem representam a grande maioria das mulheres paranaenses. Estamos vendo as eleições chegando. Quero dizer que nós, do PSB, estamos procurando não deixar para o WO e temos certeza que o Osmar Dias será candidato, o Rubens Bueno será candidato e estamos fazendo um programa mínimo de Governo, Deputado Luiz Carlos Martins: em caso de ninguém se candidatar, vamos ganhar com o Severino. Estamos debruçados em deixar pelo menos um alinhamento de Governo para poder ser melhor do que o Requião.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Somos minoria na Casa - cinquenta e quatro Deputados, sendo quatro mulheres. Minoria na Casa, mas maioria no país, maioria no Planeta, maioria nas discussões em todo o Mundo em relação aos temas de interesse dos direitos humanos e cidadania e, às vezes, uma minoria

pode fazer toda a diferença, como acho que aqui na Assembléia Legislativa nós quatro temos feito.

Queria falar um pouco em relação ao que o Deputado Barbosa Neto colocava. Li no jornal de Londrina de ontem ou antes de ontem, os números assustadores de envolvimento de menores, usuários de drogas e que às vezes são traficantes também, meninos usados para o tráfico de drogas, fazendo com que aumente de forma absurda o índice de violência na nossa cidade, o que não é diferente do resto do país. Mas, em relação à operação “Mãos Limpas”, que já existe aqui desde que o Governador assumiu, foi a primeira vez que conseguimos interiorizar essa operação, Deputado Barbosa, e conversávamos até com V. Exa. sobre esse evento, que fomos cumprimentados pelo senhor, pela iniciativa. Acho que é uma forma de o Governo mostrar que é preciso discutir também no interior do Estado, junto com a cúpula das polícias civil e militar, mas também com os Procuradores, com os Promotores, com a sociedade civil organizada - e estavam lá pessoas ligadas à Vara da Criança, da Infância e da Juventude - e além disso os Prefeitos da Região Metropolitana, como o Prefeito Nedson, Prefeito Eurides Mora, Adelino Margonar, Prefeito Porto, que me lembro, os Prefeitos mais próximos a Londrina.

O Estado, através dos seus Secretários, fez um importante relato em relação aos esforços que o Estado tem feito para minimizar a questão da violência, mas sempre deixando claro que estamos vivendo uma situação em que tudo que é feito parece ainda muito pouco, e é muito pouco, em relação às necessidades do Estado como um todo. E nessas intervenções, só para concordar em algumas questões com o Deputado Barbosa Neto, naquela reunião realmente acho que os Presidentes dos Conselhos Comunitários de Segurança de Londrina poderiam ter participado da reunião - entendia importante, porque o contato direto com a comunidade no dia-a-dia teria dado uma importante contribuição. Mas, na verdade, só fiquei sabendo que eles não puderam entrar quando eu saí - foi quando soube da notícia. Mas, falei com o Secretário Delazari que seria fundamental e cobrei dele e ele concordou e depois falei com o Governador, que devemos voltar a Londrina para fazermos uma reunião com todos os Presidentes dos Conselhos de Segurança que foram legitimamente eleitos, representando as suas comunidades.

Então, essa reunião vai acontecer e acho que seria importante inclusive a nossa presença, de todos os Deputados, porque representamos as cidades, representando também amplos setores, para que possamos continuar discutindo essa questão. Já falamos inúmeras vezes aqui que o Governador Roberto Requião, por mais que tenha investido na questão de segurança - e investiu, porque não podemos negar esse fato - ainda vivemos uma situação de sobressalto no nosso Estado, reflexo de muitas outras questões políticas, econômicas e sociais, que já discutimos aqui amplamente.

Então, me senti na obrigação apenas de dar uma satisfação ao meu colega Barbosa Neto em relação a essa nossa iniciativa de conversar, sim, com os Presidentes dos Conselhos. Nós teríamos, se fosse feito naquela ocasião, eliminada uma etapa. Mas, cobramos isso, fomos ouvidos, para mostrar que realmente temos que ouvir também, além da OAB, da Promotoria, da Defensoria, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Criminalística, a PIC, enfim, todos que estavam lá, comandos das polícias e todos os setores envolvidos com a questão da segurança, a Dra. Edna, outros Promotores. É fundamental ouvirmos também os Presidentes de Conselhos de Segurança de Londrina. Então, esse pleito será atendido.

E dizer ao meu companheiro Scarpellini, que venha Rubens Bueno, venha Osmar Dias, tenho certeza absoluta que, para a felicidade do Paraná, o Governador Roberto Requião ficará mais quatro anos no poder. E tenho um carinho muito grande pelo Rubens Bueno, especialmente porque fomos muito próximos na época do PCB, hoje PPS. Então, não tenho nenhuma questão, mas tenho certeza absoluta que, doa a quem doer, o Governador Requião ficará mais quatro anos governando o Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

(Declina)

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças: Bloco do PP/PSB.

(Declina)

Bloco do PTB/PL/PRB.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Aprovamos hoje na CCJ, com o parecer do nosso Deputado Reni Pereira, como relator - ao qual quero agradecer - um projeto inédito no Paraná, que cria a transparência das publicidades do Governo do Estado. Toda peça publicitária que for veiculada, seja ela na imprensa escrita, falada ou televisionada, terá que ter o custo da produção e o custo também da execução. É um projeto para ninguém colocar defeito. Um projeto para saber quanto custa a mídia oficial do governante que está no Poder, independente do governo que estiver. É um projeto em que toda a veiculação do Estado terá que ter o custo.

Por exemplo: Jornal Nacional da Rede Globo. Sai uma publicidade do Estado de um minuto, terá que constar embaixo, no cantinho, para que todo mundo possa saber, essa peça publicitária, incluindo produção e execução, custou dez mil reais. Isso nos jornais, no

rádio, isso em tudo o que o Estado fizer terá que ter o custo da publicidade para acabar com aquela farra. Está na hora, a imprensa tanto tem cobrado transparência do políticos, tem cobrado tanta transparência de todos nós, está na hora de aparecer a transparência de todos. E esse projeto, estou solicitando ao Presidente Hermas Brandão que coloque em votação na segunda-feira, é um projeto inédito e que vai dar condições de acompanharmos o custo das publicidades no Estado do Paraná, sejam elas das autarquias, das instituições do Estado ou do próprio Governo. E o Governo, se não quiser aprovar é porque não quer transparência! Espero e acredito que o Governo queira transparência em todos os seus atos.

Então, na segunda-feira, espero que este projeto esteja na Ordem do Dia, porque é de fundamental importância na transparência dos custos e acabar com a farra da publicidade que neste Estado já foi muito grande! Que diga o Deputado Neivo Beraldin que sabe exatamente quanto se gastou em publicidade, principalmente nos oito anos do Governo anterior, que foi uma verdadeira farra publicitária, enquanto morriam pessoas, a farra publicitária estava em andamento e a qualquer hora vamos tratar desse assunto aqui, publicamente!

Ao encerrar, gostaria de fazer um apelo, Deputado Dobrandino, principalmente ao PMDB: a base aliada sempre vota junto com o Governo. Desde que nos incorporamos a esta base aliada temos votado todos os projetos de acordo com os interesses do Governo. Temos sido companheiros nos momentos mais difíceis, temos recebido até algumas críticas por colocar nossa postura de apoio à base. O mesmo não vem acontecendo do Governo em relação aos membros da base. Há alguns privilégios aqui que precisam ser evitados, Deputado Dobrandino, para evitar o racha da base, nesta Casa.

Vou alertar aqui, já houveram baixas, alguns partidos já deixaram a base, outros companheiros já deixaram a base porque não pode haver privilégios de alguns Secretários que acham que o PMDB faz parte do Governo! Não pode ser assim! Gostaria de fazer esse alerta hoje, porque alguns Secretários, não são todos, alguns acham que só o PMDB faz parte dessa base; ela é composta de vários partidos! Até na hora de votar alguns projetos legais, mas imorais, somos companheiros aqui! Então, é importante que a base aliada seja respeitada a ponto de daqui a pouco não ter mais base aliada nesta Casa!

Alguns Secretários estão brincando de ser Secretários. Não são do PMDB, o Governo não se constitui só de PMDB; constitui-se de companheiros de vários partidos que estão aqui, diariamente, defendendo os interesses do Governo! Faço esse alerta em nome da boa relação do Governo, do bom momento que o Governo vive, das coisas boas do Governo porque, infelizmente, alguns Secretários acabam privilegiando só alguns e atrapalhando os outros.

Eu queria fazer este pedido ao Deputado Dobrandino, de público, para que seja revista essa posição porque nos momentos mais difíceis estamos aqui para sofrer juntos, mas também queremos ser respeitados na hora certa!

Concedo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Com muito prazer, Deputado Jocelito Canto.

V. Exa. no seu pronunciamento, que me parece um desabafo, colocou que como base de sustentação ao Governo, tem votado coisas morais e até mesmo imorais. Defendo e aproveito a oportunidade para pontuar para este Plenário, também para V. Exa. a minha posição: acho que o Parlamento tem que ter a independência necessária para atuar, nem aliado do Governo, nem Oposição no sentido de construir um Paraná mais justo, mais moderno, mais igualitário.

Agora, é verdade que nós, infelizmente, não estamos exercendo nosso mandato na plenitude para nos fazermos respeitar perante o Executivo e outros poderes como o Judiciário, através da nossa análise com mais profundidade das contas, da aplicação do orçamento. Aprovamos aqui o orçamento do Estado e temos obrigação de acompanhar a sua aplicação e após o quê, temos o dever de aprovar ou rejeitar as contas. Mas, todo Governo que chega é a mesmice, ele procura construir uma base sólida que vote todos os seus interesses. Temos que investir mais no sentido da independência dos Parlamentares. Olha que tenho votado inúmeras e inúmeras matérias com o Governo, sem problema nenhum. Algumas vezes me reservo ao direito de pensar melhor. Acho que se V. Exa. pensasse também no sentido de fiscalizar esses Secretários, requeira as informações necessárias da sua Pasta, porque ele deve as informações ao representante do povo que é o Deputado.

Por isso, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin. V. Exa. já foi da base de alguns outros governos e sabe o que isso significa.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Gostaria que V. Exa. revelasse qual o Secretário que atende mal. Conheço e respeito o pronunciamento e a indignação de V. Exa., mas nos passe qual a Secretaria para que eu possa falar com o Governador e vamos corrigir. Porque sei que até agora o Governo não tem discriminado e muito menos os prefeitos, como disse agora pouco o Deputado Barbosa Neto.

Mas, V. Exa. tem sido um aliado importante do Governo, quero dizer que estou ao seu lado. E vamos procurar ajudá-lo. Se tiver discriminação nos passe, por favor, que queremos ajudá-lo para que não ocorra mais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço o Deputado Dobrandino. Digo a V. Exa. que a grande maioria dos Secretários do Governador Requião têm levado a sério as questões envolvendo a base de Governo, mas infelizmente alguns outros Secretários não. E isso é ruim para o Governo e é ruim para a imagem do próprio Governador, que no meu ponto de vista vem fazendo um grande Governo no Paraná. Mas, espero que o Governo reveja essa posição e enquadre aqueles Secretários que estão querendo privilegiar alguns Deputados de um único Partido.

Muito obrigado, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar a criação de uma frente que, tenho certeza, será extremamente benéfica para a preservação ambiental do nosso Estado e especificamente a um dos rios mais importantes que possuímos, que é o Tibagi. Foi recentemente criada a Frente de Proteção do Rio Tibagi, congregando esforços de várias instituições como o movimento dos atingidos por barragem, a Comissão Pastoral da Terra, a Universidade Estadual de Londrina, a Liga Ambiental e tantos outros órgãos que defendem a preservação desse rio que é, repito, um dos mais importantes pela sua extensão, pelos municípios que atinge, pelo abastecimento de água que proporciona a mais de quinze cidades ao longo do seu curso. E é por tudo isso também, pela importância histórica, mas acima de tudo, como um rio de integração, que é o rio Tibagi e cumprimos todos os envolvidos na criação da Frente de Proteção do Rio Tibagi.

Travamos uma luta nesta Assembléia Legislativa. Não encontramos eco no Governo do Estado, mas conseguimos, com amparo do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e das diversas entidades ligadas à preservação ambiental, evitar o desastre que seria a implantação das barragens para construção de sete usinas hidrelétricas no rio Tibagi.

Neste dia 5, comemoramos o Dia Mundial de Preservação Ambiental, Dia do Meio Ambiente, que fazemos questão de lembrar e principalmente de comemorar, já que até agora o rio Tibagi ainda não foi desrespeitado, desvirginado, com a construção das usinas hidrelétricas. Mas a luta continua, como diziam os petistas. Não podemos, neste momento, nos dispersar. Temos que concentrar os esforços necessários para evitar que o Governo do Estado volte com esse projeto que sabemos que ainda acalenta este sonho e está se movimentando para, tão logo as entidades ambientais e as forças vivas, preocupa-

das com a preservação do nosso meio ambiente possam se dispersar, possam evitar os esforços concentrados, porque, passada a eleição, temos certeza que o Governo do Estado voltará à carga, com intenção de construir as usinas hidrelétricas do rio Tibagi. Não podemos permitir que isso ocorra e temos que louvar iniciativas como essa.

Cumprimento aqui o Tom Grando, da Liga Ambiental e todos aqueles que estão envolvidos na criação da Frente de Proteção ao Rio Tibagi, porque o objetivo do Governo é, sem dúvida nenhuma, alagar três mil hectares, que é uma área de transição entre dois ambientes, quase extintos no Sul do Brasil, que é a floresta com araucária e a floresta estacional do Norte do Paraná.

Ainda há tempo de o Governo pensar no futuro efetivamente e construir um canal de ligação entre esses dois nichos ecológicos, que poderá criar uma situação muito benéfica para a proliferação das espécies animais, respeitando a população indígena, respeitando a população ribeirinha, mas, principalmente, os municípios que são abastecidos pelo rio Tibagi, aqueles que captam as suas águas de lá, como Londrina, Cambé e outros tantos grandes, pequenos e médios municípios, pensando no futuro e que o Governo do Estado possa encontrar outras alternativas de energia com baixo impacto ambiental, como os países desenvolvidos estão fazendo, utilizando a energia solar, a energia eólica, o biocombustível ou tantas outras formas de se extrair a energia, sem prejudicar a população, sem prejudicar as espécies que eventualmente acabarão sendo extintas com a criação das usinas hidrelétricas.

Cumprimento, neste momento, mais uma vez, a Liga Ambiental e a todos os envolvidos nesta Frente de Proteção ao Rio Tibagi, que vem, num momento extremamente importante, mostrando que essas entidades não esmoreceram, mostrando que essas entidades estarão atentas e contarão sempre com a colaboração do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e das autoridades constituídas, verdadeiramente preocupadas com o alto nível de consciência ecológica para preservar as nossas espécies, para deixar o nosso rio Tibagi e os rios virgens ainda que são poucos que existem no Sul do nosso país à disposição, como legado a futuras gerações que advirão com certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PFL, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deputado Dobrandino, eu ouvi um pronunciamento aqui, do Deputado Jocelito Canto, que merece

desta casa uma reflexão. O Deputado Jocelito Canto falou com todas as letras, em alta e viva voz, Deputado Dobrandino, de que há algo a ser explicado, porque disse primeiro que foram aprovados, nesta Casa, projetos imorais. Ora! É muita responsabilidade. Projetos imorais! Nós, Parlamentares, pelo que estamos sentindo, não estamos interessados em saber quais são os projetos imorais que foram aprovados por esta Casa.

Eu espero, Sra. Presidente, Srs. Deputados, que tenha votado contrário a esses projetos imorais que foram aprovados por esta Casa. Tenho sido um Deputado de Oposição, um Deputado que tem procurado exercer a sua função de fiscalizar o Governo. Agora, espero que no dia de amanhã, ou no dia que for possível o Deputado Jocelito diga para nós, porque, de repente, há motivos de se fazer um CPI, nesta Casa, para procurar o que foi feito de imoral.

Não é para menos o que a população pensa dos políticos. Não é para menos. Nós merecemos a consideração da população pelo que fazemos. Se estamos dizendo que aprovamos projetos imorais, aí, nós não temos mais saída.

Não há como esta Casa sair às ruas e dar explicações à população. Por essa razão, jamais, como Parlamentar admito, porque espero que os Deputados de Oposição tenham votado contra esses projetos imorais.

A questão da ilegalidade, que alguns Parlamentares receberam mais recursos na comunicação do que outros. Eu quero dizer aos Srs. Parlamentares, por várias vezes vim a esta tribuna dizer aos Parlamentares: Nós precisamos investigar a Secretaria da Comunicação do Governo do Estado. Recebi apoio de poucos Parlamentares e, agora, vejo confirmada a minha posição por um Parlamentar de apoio ao Governo. Eu tinha razão! Eu tenho razão! Eu preciso investigar!

Quero dizer aos companheiros Parlamentares, quero me reportar aqui à imprensa: talvez tenha despercebido, Deputado Barbosa, a fala do Deputado Jocelito. Mas, é muita responsabilidade. Eu poderia ter vindo aqui, sim, e botar em dúvida os gastos monumentais que o Governo tem feito, na Secretaria da Comunicação, eu como Líder da Oposição. Mas, agora preciso de uma justificativa: onde está a imoralidade? Porque não compartilho dessa imoralidade e, quem compartilha dela que fique quieto, que fique em silêncio, porque V. Exas. estão participando dessa imoralidade falada pelo Deputado Jocelito.

Deputado aliado do Governo, Deputado que muitas vezes tivemos aqui embates por divergimos de posições, e continuamos divergindo. Porque acredito, fielmente, que não tenha cometido, Deputado Barbosa, esse lapso de ter votado alguma imoralidade aqui, porque fui um permanente combativo Líder da Oposição, procurando fazer o melhor.

Continuo na mesma posição com muita dificuldade. Estamos aqui na Oposição em meia dúzia mas vamos permanecer, porque não tenho dúvida, Deputado Barbosa, Deputado Traiano, Deputado Elio Rusch, que o

futuro para nós da Oposição vai ser promissor. Porque não fomos governistas. Quem foi governista tem todo o direito. Eu tenho parceiros de PSDB que votam com o Governo, agora, nós que estamos aqui à frente da Oposição, não estamos acendendo uma vela ao Governo e uma vela à Oposição; estamos aqui firme.

Quero dizer aos meus parceiros que ainda permanecem nessa trincheira, dando essa contribuição ao Paraná, porque nós da Oposição estamos dando uma grande contribuição. Vamos permanecer, porque tenho certeza absoluta que nunca votei nada de imoral aqui nesta Casa, nunca participei de uma imoralidade e, vou permanecer firme, dentro da minha característica, com a certeza do dever cumprido e da palavra honrada.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Quero inicialmente cumprimentar V. Exa. e me somar aí à sua fala, quando defende aqueles Deputados que votaram de forma consciente.

Apenas para simplificar, este Deputado, por ter também subido à tribuna e exercido o meu direito de Parlamentar, estou sendo levado à Comissão de Ética, por ter pronunciado as palavras “escuso e negociata” em relação a um projeto que entendo não ser bom para o governo e, irei com o maior prazer.

Deixo uma pergunta no ar, não para V. Exa., mas o que seria moral ou imoral? Isso é muito subjetivo para cada um daqueles que são Parlamentares aqui nesta Casa. Moral barrar um projeto como o nepotismo, ou votar de uma forma e depois mudar, ou se ausentar e usar toda a força do Governo e tantos outros projetos que foram usados? Acho que a Oposição deve ser respeitada e reputo como infelizes as declarações do Deputado Jocelito Canto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Barbosa, eu não tive oportunidade de ser solidário a V. Exa. no dia que o levaram ao Conselho de Ética.

Eu quero dizer aos Deputados que pediram para levar o Deputado Barbosa ao Conselho de Ética: levem todos os Deputados de Oposição ao Conselho de Ética, porque estamos na frente da luta e da batalha. Não fomos nós que dissemos que o “Ali Babá e os seus 40 ladrões” estão cuidando desta país, é o povo brasileiro que está falando isso. E quem com o não fica indignado que foi falado aqui nesta Casa é porque não está exercendo o seu mandato com dignidade. Por essa razão, enquanto eu conseguir me indignar com determinadas situações, continuo na política. O dia que não conseguir me indignar mais, quero voltar para casa e cuidar da minha família e dos meus negócios, porque não tem mais jeito.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Rossoni, quero me solidarizar com o seu pronunciamento, porque muitas e muitas vezes a opinião pública tem realmente essa visão do quadro político, exatamente por colocações infelizes que não conferem com a verdade. Até o presente momento, Deputado de Oposição tem justificado seus votos. Mas, quero lhe dizer também, Deputado Rossoni, que a Bancada do Governo, da mesma forma que a Bancada da Oposição, pode ter divergências de pensamento sobre oportunidade ou não de votar um projeto, agora ninguém da Bancada do Governo também votou trampolinagens, trambiques ou coisas semelhantes nesta Casa. Há uma disputa evidente entre quem exerce a Situação e entre quem exerce a Oposição. Mas, se temos algum projeto votado seja pela Situação ou Oposição, alguma tomada de posição por uma Bancada ou por outra, acho que tem que citar, tem que falar coletivamente, ninguém pode receber uma pecha dessa natureza e ficar quieto, porque ela atinge os cinquenta e quatro Deputados.

Faço o aparte, porque V. Exa., neste momento, não está na tribuna representando a Oposição. V. Exa. está representando os Parlamentares desta Casa para que possamos responder que por ideologia ou pelas razões que forem, cada um vota consciente do que está fazendo, sem jamais ofender a consciência em cima de um voto. Parabéns, V. Exa. defende a Assembléia Legislativa neste momento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um apelo à Presidência antes de fazer o aparte. Sra. Presidente, em função do assunto, quero crer que a defesa da Casa está em primeiro lugar, que fosse concedido esse tempo do horário da Liderança do PSDB, até porque houve precedentes em outras oportunidades.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Não houve precedentes Deputado, e já passou o horário do PSDB. Chamei, e ninguém se manifestou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de deixar esclarecido de uma vez por todas à imprensa, aos Deputados, a todos, a posição do PSDB do Paraná. Nós, até o dia 30, não falamos mais em nada, permanecemos com a candidatura de Osmar Dias àquela frente que foi vitoriosa na Prefeitura de Curitiba.

Obrigado!

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 099/06, subscrito pelo Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 07 de junho próximo, em virtude da viagem à Brasília para defender interesses de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a implantação de uma Unidade de Saúde para atenção à Mulher e à Criança, os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, indicando os nomes dos Deputados que irão compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição que irão opinar sobre as PEC nºs 029/06 e 030/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, sendo: Sra. Deputada Elza Correia, para representar o PMDB, Deputado Padre Paulo Campos - PT; Plauto Miró Guimarães - PFL; Luiz Nishimori - PSDB; e Barbosa Neto - PDT, na Proposição nº 029/06. E o Deputado Edson Strapasson - PMDB; Deputada Luciana Rafagnin - PT; Deputado Elio Rusch - PFL; Deputado Luiz Nishimori - PSDB e o Deputado Neivo Beraldin - representando o PDT, na Proposição nº 030/06. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Apenas para registrar as presenças do Vice-Prefeito de São Pedro do Iguaçu que está aqui na tribuna, presenciando e prestigiando esta Sessão; do Vereador Ênio Gonzaga Neves e do ex-Prefeito Francisco Dantas, nosso amigo Chiquinho que assim é chamado carinhosamente pela população. Sejam bem-vindos!

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, que institui o

Serviço Social Autônomo Paranacidade, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ NA FORMA DE SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o Substitutivo Geral. Se for aprovado, as emendas todas serão prejudicadas. Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, objetivando instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada piso social complementar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. ÀS EMENDAS 04, 05, 06, 07 E 08 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01, 02 e 03.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1466, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Emenda nº 06. **Aprovado.**

Em votação as Emendas nºs 4, 5, 7, e 8. **Aprovadas.** Em votação as Emendas nºs 1, 2 e 3. Com parecer contrário da CCJ.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quero solicitar à base de apoio ao Governo para que rejeite as Emendas nºs 1, 2 e 3. Já foram aprovadas as de números 4, 5, 7 e 8. E agora, vamos rejeitar as Emendas 1, 2 e 3. Portanto, votaremos contra essas três emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Como há pareceres contrários às Emendas 1, 2 e 3, a votação será inversa. Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. **Rejeitadas** as emendas.

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 586/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, denominando a Rodovia PR-512 de Rodovia da Maçã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/05, de 26.09.05)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 167/06, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 028/06, que

autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a cessão de uso de imóvel no município de Mandaguari. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06, em Mensagens).**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 167/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 24.200,00m ,contendo uma casa de madeira, com 60,00m ,no citado município, conforme Matrícula nº 1.183, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

Art. 2º Do imóvel em questão deverá ser utilizada área de 22.700,00m ,exclusivamente, como área de preservação ambiental, e 1.500,00m para a construção de um Posto de Saúde, sendo retomado pelo Estado caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel, pelo prazo de 30 anos, ao município de Piraquara. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17.05.06).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Maurício Milani Rua - Maurício Shogun. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre Ação Preventiva na área de Saneamento Básico com a Redução do Valor Máximo Permissível (VMP) para Triolometanos (TAM) e Ácidos Haloacéticos (HAA). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 123/05, de 07/11/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 693/05

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada, de iniciativa da nobre Deputada Cida Borghetti, de reduzir o valor máximo permissível para triolometanos e ácidos haloacéticos usados nos serviços de saneamento básico, no Estado do Paraná.

Tais substâncias, alega a autora da proposição, com supedâneo em pesquisa acadêmica, seriam potencialmente cancerígenas, razão porque o níveis máximos tolerados foram reduzidos em outros países.

Nenhum vício de constitucionalidade ou legalidade poder ser oposto contra a proposição no âmbito da presente Comissão.

É, portanto, o parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 693/05

P A R E C E R :

Do Relatório

A nobre Deputada Estadual desta Casa de Leis, Sra. Cida Borghetti, apresenta proposição dispondo sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do Valor Máximo Permissível (VMP) para Triolometanos (TAM) e Ácidos Haloacéticos (HAA).

Fundamentação

É de relevância e de importância social, pois com a diminuição da quantidade de produtos químicos utilizados no tratamento da água, Serviço de Saneamento Básico, trará benefícios à saúde dos cidadãos deste Estado.

Da Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/05, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Lourenço. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/06, de 07/12/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 780/05

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, o Projeto de Lei nº 780/05, visa conceder o título de Cidadão

Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Luiz Lourenço. Em sua justificativa o autor anota que o homenageado é um dos profissionais mais brilhantes de nosso Estado, por sua relevante contribuição e luta para o desenvolvimento agrícola do Paraná.

Da Legalidade

O projeto de lei se enquadra no disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, com a redação dada pela Lei nº 14.677, de 06 de abril de 2005:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 04 (quatro) títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O Partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 02 (dois) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito. A sua escolha, por legislatura.

§ 3º A deliberação do partido político para concessão do título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será tomada em reunião de Bancada e por deliberação da maioria absoluta dos Deputados que o representem e têm assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3ª O projeto de lei que versar sobre concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão benemérito está sujeito a deliberação mediante votação secreta.

E a Lei nº 14.677/05:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 08 (oito) projetos de títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura;

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cida-

dão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Do Voto

Do exposto **voto favoravelmente** pela tramitação processual do Projeto de Lei nº 780/05.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito à Sra. 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta e três Deputados votaram, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Convido os Deputados Duílio Genari, Elza Correia e Mauro Moraes para procederem à contagem dos votos.

Quarenta e três Deputados votaram SIM.

Está **Aprovado** o Projeto de Lei nº 780/05.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme, estabelecendo normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 796/05

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada, de iniciativa do nobre Deputado Cesar Seleme, que define LER, impor ao Sistema Único de Saúde critérios técnicos de fiscalização, e estabelece penalidades pecuniárias, impulsionando a fiscalização ao Sistema Único de Saúde.

A matéria em questão, portanto, relaciona-se com o artigo 225 da Constituição Federal, versando acerca do meio ambiente do trabalho.

Segundo José Afonso da Silva (Direito Ambiental Constitucional):

3. Meio ambiente do trabalho

Merece referência em separado o meio ambiente do trabalho, como o local em que se desenrola boa parte da vida do trabalhador, cuja qualidade de vida está, por isso, em íntima dependência da qualidade daquele ambiente. É um meio ambiente que se insere no artificial, mas digno de tratamento especial, tanto que a Constituição o menciona explicitamente no artigo 200, VIII, ao estabe-

lecer que uma das atribuições do Sistema Único de Saúde consiste em colaborar na proteção do ambiente, nele compreendido o do trabalho. O ambiente de trabalho é protegido por uma série de normas constitucionais e legais destinadas a garantir-lhe condições de salubridade e de segurança.

A Constituição inclui entre os direitos dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (artigo 7º, XXII), normas que integram o conteúdo da legislação trabalhista. Várias convenções internacionais cuidaram do assunto, sendo de destacar a de nº 155, de 1981, provendo sobre o desenvolvimento, pelos países, de uma Política Nacional de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho, incluindo local de trabalho, ferramentas, máquinas, agentes químicos, biológicos e físicos, operações e processos as relações entre trabalhadores e o meio físico: ocupa-se da necessidade de fiscalização através de sistema apropriado, trata da determinação dos graus de risco existentes nas atividades e processos e operações proibidos, limitados ou sujeitos a controle, bem como realização de pesquisas de acidentes de trabalho e publicação de informações: dispõe sobre exigências às empresas voltadas para a adoção de técnicas de garantia de segurança nos locais de trabalho e controle dos agentes químicos.

A questão é mais complexa do ponto de vista da proteção ambiental, porque o ambiente do trabalho é um complexo de bens imóveis e móveis de uma empresa e de uma sociedade, objeto de direitos subjetivos privados e de direitos invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores que o freqüentam. Esse complexo pode ser agredido e lesado tanto por fontes poluidoras internacionais como externas, provenientes de outras empresas ou de outros estabelecimentos civis de terceiros - o que põe também a questão da responsabilidade pelos danos ambientais, discutidas por Franco Giampietro. Não cabe, aqui, aprofundar o tema, que só está sendo lembrado ao leitor, nesta introdução, porque não será objeto de consideração neste livro. O tema, por outra parte, liga-se à temática geral desta obra, porque a proteção da segurança do ambiente de trabalho significa proteção do ambiente e da saúde das populações externas, aos estabelecimentos industriais, já que um ambiente interno poluído é inseguro, expõe à poluição e insegurança externa.

Ainda nos valendo do citado Autor:

1.3. Competência dos Estados

Pelo que se acabou de ver, os Estados não têm competência exclusiva em matéria de meio ambiente. Têm competência comum com a União e Municípios, nos termos do artigo 23, III, IV, VI e VII.

Têm porém, competência legislativa suplementar de normas gerais estabelecidas pelo Governo Federal, nos termos do artigo 24, VI, VII e VIII, e seu parágrafo 2º. A União já expediu, como vimos, várias leis.

Como, em tal matéria, tem o Estado competência comum e suplementar, não há que se falar em vício de

iniciativa, em tese, para legislar acerca de meio ambiente do trabalho.

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes.

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

Desse modo, nada obsta que tramite a proposição.

Sendo assim, por não vislumbrar nenhum óbice, o parecer é favorável à tramitação da proposição analisada.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 796/05

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem como escopo estabelecer normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, no Estado do Paraná.

Do Parecer

Tendo em vista a competência do Estado para regular a matéria conforme aponta o parecer da CCJ, e ainda, os objetivos a que se destina estabelecendo entre outras coisas normas técnicas para fiscalização do ambiente de trabalho em benefício da saúde do trabalhador, sendo, portanto, de grande interesse social, não encontramos óbices ao referido projeto de lei.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 04.05.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo, em todo o Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 139/06

P A R E C E R :

Do projeto

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ailton Araújo, tem por fim instituir campanha permanente de prevenção, controle e combate ao hipoti-

reoidismo. Em sua justificativa o autor comenta que um minucioso estudo coordenado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre o hipotireoidismo no Brasil revelou um cenário preocupante: nada menos do que 12% das mulheres brasileiras sofrem da doença. Esse índice é superior ao registrado nos Estados Unidos, Holanda, Espanha e Noruega. Acrescenta ainda o autor que uma das conseqüências da doença é o aumento de doenças cardiovasculares, como infarto e derrames. O Projeto de Lei nº 139/06 visa equacionar tal situação criando campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo em todo o Estado.

Da legalidade e constitucionalidade

O tratamento, controle de prevenção de doenças no Estado do Paraná, é atribuição da Secretaria de Estado da Saúde.

De outro lado, o artigo 66 da Constituição Estadual, prevê que é da competência privativa do Governador as atribuições das Secretarias de Estado:

Art. 66. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Assim, e dada a extrema relevância da matéria, impõe-se emenda substitutiva ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 139/06, a fim de se dar possibilidade de tramitação legislativa à matéria, nos termos que seguem este parecer.

Do voto

Parecer favorável, na forma do parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº 139/06

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo em todo o Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 139/06

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, tem por objetivo dispor sobre campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo, em todo o Estado.

Tal proposição já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conclui pela relevân-

cia do projeto em questão, em benefício de toda comunidade.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1452 e 1453, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1454, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1456, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1457 e 1458, de autoria do Deputado Luiz Nishimori constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1459 a 1461, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1464, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1465, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1467, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1469, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Em Explicações Pessoais, a Sra. Deputada Elza Correia, inscrita.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sra. Presidente, nobres companheiros e companheiras. É a primeira ou segunda vez, nesses três anos e meio de mandato, que me inscrevo em Explicações Pessoais, porque seria impossível sair desta Sessão Plenária

de hoje e esperar para amanhã para dizer o que tenho a dizer. Iria ficar com isso “entalado” na minha garganta.

Acho que o exercício da democracia implica em que não necessariamente os 54 Deputados pensem da mesma maneira. O Parlamento implica que cada um de nós tenha conceitos, idéias ou concepções em relação a várias questões. Mas, é preciso, seja qual for a nossa posição, o nosso entendimento em relação a temas, que sejamos rigorosos em relação ao nosso Regimento Interno.

Senti-me hoje aqui, afrontada. Acho que não podemos, no afã e no calor da emoção, dizermos coisas que comprometam não só a Assembléia Legislativa, mas o decoro parlamentar e o trabalho dos Deputados. Senti-me ofendida quando o Deputado Jocelito Canto coloca na tribuna que esta Casa votou, várias vezes, para satisfazer os interesses do Governador Roberto Requião, projetos imorais. Acho uma acusação gravíssima e acho mais do que isso: é falta de decoro parlamentar.

Isso, numa tradução, quer dizer que estamos aqui brincando de ser Deputados e Deputadas, que somos levianos e irresponsáveis e que acatamos ordens para votar inclusive projetos imorais. Pedi um aparte ao companheiro Rossoni, que não foi possível em função do horário, mas acho que passou da hora de levarmos a sério esta instituição. Estamos aqui há três anos e quatro meses.

Não é possível companheiros usarem a tribuna para enxovalhar a Assembléia Legislativa ou a função dos Deputados e das Deputadas. É preciso ter muita responsabilidade naquilo que dizemos. Interessa-me saber, sim, qual é o projeto imoral que esta Deputada eventualmente tenha votado, ou então, quem faz denúncia tem que ter o ônus da prova, tem que dar “nome aos bois”. Fica muito fácil fazer o que foi feito aqui hoje e ficar por isso mesmo.

Da minha parte está respondido. Quero dizer também que em outra fala foi colocado que quem votou contra o projeto do companheiro Tadeu Veneri, diferentemente da primeira votação, talvez, tivesse incorrendo em um ato de imoralidade. Uma coisa não tem a ver com a outra. É um absurdo também essa colocação e de uma infelicidade extrema, porque aqui, posso ter divergência, aqui é o nosso espaço de debate e o nosso espaço de Parlamentar, mas é o local em que passamos a maior parte do nosso tempo, onde defendemos teses - podemos concordar ou discordar, mas com lisura e respeito, porque aqui representamos todo o povo do Paraná. Ofendem-me, quando ofendem a Assembléia Legislativa. Ofendem-me, quando dizem que estamos votando projetos ilegais e imorais.

Temos que resgatar a dignidade de fazer política e não é dessa maneira. Sabemos que Deputados federais, lá em Brasília, estão recebendo presentes empacotados, mal-cheirosos. Isso quer dizer alguma coisa. Tenho certeza absoluta, que aqui na Assembléia Legislativa temos Oposição e Situação e temos divergências no campo das idéias, mas há que haver respeito. Acho, sinceramente, que hoje, além da falta de ética na fala, houve desrespeito a todo o Parlamento. E como não sou mulher de levar para casa as coisas mal resolvidas, quero logo saber qual

foi o projeto ilegal e imoral que votei nesta Casa. Essa é uma acusação gravíssima e temos que tomar muito cuidado com as coisas que falamos, quando não podemos apontar nomes. Generalizar e nivelar por baixo são coisas muito complicadas.

O país sabe que isso não está certo. Tem, sim, na política, balcão de negócios. Tem, sim, na política, de modo geral, vendilhões. Tem a política do clientelismo. Mas, não posso dizer que, aqui, sem dizer quais são os Deputados que estão sendo levianos, votando em projetos imorais e ilegais. Algumas questões têm que ser respondidas. Acho que quem fez a acusação é que deve responder.

Da minha parte está consignado e registrado nesta Casa, que me senti ofendida, porque essa ofensa, além de ser dirigida aos 53 Deputados, pelo acusador, ofende frontalmente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Não temos aqui, santinhos e nem santinhas, mas temos pessoas que procuram fazer os seus compromissos com responsabilidade, as coisas nas quais acreditamos. Da minha parte não acho que nem a Oposição e nem a Situação tenham em algum momento sido levianos, a ponto de votar imoralidades nesta Casa. Vou pegar o dicionário para ver o que significa a palavra imoralidade, porque é muito grave e muito sério.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

A Presidência indica os membros para compor a Comissão da PEC 029/06. Do PMDB: Deputada Elza Correia; PT: Deputada Luciana Rafagnin; PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães; PSDB: Luiz Nishimori; PDT: Deputado Barbosa Neto.

Para compor a Comissão da PEC 030/06. Do PMDB: Deputado Edson Strapasson; PT: Deputado Padre Paulo Campos; PFL: Deputado Elio Rusch; PSDB: Deputado Luiz Nishimori; PDT: Deputado Neivo Beraldin.

Esta Presidência solicita ainda ao Vice-Presidente que proceda amanhã à constituição das referidas comissões.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 060 e 230/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 693, 780, 796/05 e 139/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 560, 651/05, 251, 301, 303 e 305/06 e dos Projetos de Resolução nºs 010 e 011/06.

Levanta-se a Sessão.